

## INTERPELAÇÃO ORAL

A prisão preventiva do Ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas suspeito de corrupção passiva grave e prática de actividades financeiras ilegais, é a meu ver o acontecimento mais importante do ano de 2006, havendo quem diga que seja o acontecimento político mais importante desde o estabelecimento da RAEM até a presente data.

A maior parte dos trabalhadores da função pública, assim como a maioria dos residentes de Macau estão conscientes que este “caso” é a ponte de um enorme “iceberg” de corrupção que subsiste no mais alto nível do Governo de Macau e que nunca teria sido descoberto não fosse a intervenção decisiva do ICAC da RAEHK.

Desde o estabelecimento da RAEM, este “iceberg” tem vindo a aumentar anualmente de volume devido à cultura de impunidade de abuso de poderes públicos, tráfico de influências, compadrio, nepotismo, favoritismo, troca de favores, minando cada vez mais de uma forma negativa as estruturas de muitos dos serviços públicos, resultando no descrédito das muitas políticas do Governo e que a nosso ver urge ser firmemente combatido e erradicado. Há um ditado que encaixa muito bem a actual situação política e que diz o seguinte: “Viga de cima está torta, viga inferior ficará também torta”(上樑不正，下樑歪).

Assim, interpelo o Governo sobre as seguintes questões:

1. Que medidas imediatas e concretas estão a ser tomadas pelo Chefe do Executivo para que no futuro não acontecem mais casos idênticos, em que estejam envolvidos titulares dos principais cargos do Governo suspeitos de prática de actos de corrupção passiva e actividades financeiras ilegais?

Com o acontecimento deste grave “caso” vai o Governo rever caso a caso, todas as anteriores concessões de terrenos, mudança de finalidade e troca de terrenos e concessão de obras públicas que sejam suspeitas ou hajam indícios de estar envolvidas em actos de corrupção passiva e activa? Tem o Governo vontade política de combater a corrupção, suspendendo de imediato todos os outros contratos celebrados com empresas suspeitas de estar envolvidas no presente “caso” e sob investigação judicial?

**2. Depois da ocorrência deste grave “caso”, o Governo de Macau vai ou não rever o actual processo de atribuição de terrenos a preços de saldo, mudança da finalidade ou troca dos terrenos, concessão de obras públicas, introduzindo maior transparência no sistema, decisões mais fundamentadas, eliminando a praga da concorrência desleal que se instalou nos meios económicos locais e que degrada ano após ano a moral dos trabalhadores da APM, onde funciona mais o factor da “influência” e “favorecimento” para obtenção de decisões extremamente favoráveis uma minoria privilegiada?**

**3. Tem o Governo a vontade política de eliminar muita da legislação arcaica (Ex: D.L. N°122/84, D.L.N°30/89/M, D.L.N°63/85/M, D.L.N°74/84/M, etc., etc., que contribuiu para o aparecimento do “caso” Ao Man Long?**

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 21 de Dezembro de 2006.**



**José Pereira Coutinho**